

Movimento sindical cobra avanços do Santander em condições de trabalho



Nacional dos Bancários 2026, realizada no dia 22 de julho, em São Paulo. A reunião tratou de garantias de emprego, teletrabalho, direitos sociais, inclusão, diversidade e condições de trabalho.

Entre os pontos com possibilidade de avanço estão as reivindicações voltadas aos trabalhadores com deficiência. A COE propôs prioridade para esse público na concessão de bolsas de estudo e a manutenção da isenção da coparticipação no programa Jeito Certo durante afastamentos pelo INSS. O banco também aceitou discutir uma melhor distribuição das bolsas entre cursos de graduação, pós-graduação, MBA e especializações.

A COMISSÃO de Organização dos Empregados (COE) do Santander cobrou respostas concretas do banco durante a segunda rodada de negociação da Campanha

Caixa: empregados cobram carreira e transparência

A COMISSÃO Executiva dos Empregados (CEE) cobrou da Caixa a atualização da estrutura de carreira, com a criação de novos Planos de Funções Gratificadas (PFG) e de Cargos e Salários (PCS), além de regras mais transparentes para os Processos Seletivos Internos (PSIs). As reivindicações foram apresentadas durante a terceira rodada de negociação específica da Campanha Nacional dos Bancários 2026, realizada em 23 de julho, em São Paulo.

A representação dos trabalhadores defendeu que os processos seletivos adotem critérios objetivos, impessoais e democráticos, com regras divulgadas previamente e respeito à diversidade. A Caixa



informou que realiza estudos sobre os planos de carreira e os PSIs, mas os empregados exigem que as propostas sejam

A representação sindical também defendeu mecanismos contra demissões imotivadas, a suspensão de novas terceirizações e a inclusão de todos os funcionários no Acordo Coletivo de Trabalho. Foram cobradas ainda mudanças no banco de horas, garantia de representação sindical para empregados em teletrabalho ou atividades externas e ampliação das licenças e ausências justificadas.

A negociação abordou ainda medidas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, como transferência de local de trabalho, teletrabalho e manutenção de salários e benefícios em casos de afastamento judicial.

compartilhadas com as entidades sindicais antes de qualquer implementação.

Também foram cobradas garantias para o teletrabalho, como controle de jornada, pagamento de horas extras, direito à desconexão, ajuda de custo e fornecimento de equipamentos. A CEE criticou ainda o atendimento “figital”, que obriga empregados das agências a conciliar demandas presenciais e digitais, aumentando a pressão, a sobrecarga e os riscos de adoecimento.

No debate sobre o Saúde Caixa, os representantes voltaram a defender o modelo de custeio 70/30 e a retirada do teto de gastos previsto no estatuto do banco.

BB: funcionários denunciam metas abusivas e cobram solução para a Cassi

A COMISSÃO de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) denunciou o aumento da pressão pelo cumprimento de metas e cobrou medidas para melhorar as condições de trabalho durante a terceira rodada de negociação da Campanha Nacional dos Bancários 2026. A reunião com a direção do banco foi realizada na quinta-feira, 23 de julho, em Brasília.

De acordo com a representação dos trabalhadores, as metas consideradas abusivas estão relacionadas ao crescimento dos casos de adoecimento, especialmente os que afetam a saúde mental. Em consulta realizada com funcionários do BB, mais de 40% dos participantes afirmaram depender de medicamentos controlados, situação que, segundo a CEBB, está diretamente ligada à pressão e às condições encontradas no ambiente de trabalho.

A comissão também alertou para os impactos da redução do quadro de pessoal no

atendimento à população e na rotina das unidades. Por isso, reivindicou a realização de um novo concurso público e a contratação de mais funcionários, principalmente para as agências, onde a falta de pessoal amplia a sobrecarga e dificulta a prestação dos serviços.

A situação dos trabalhadores da Plataforma de Suporte Operacional (PSO) também foi apresentada ao banco. A CEBB denunciou que gerentes de serviço acumulam atividades administrativas e negociais, enquanto escriturários realizam tarefas como abastecimento de terminais de autoatendimento e gestão de numerário, sem o devido reconhecimento das funções exercidas.

O movimento sindical defendeu que todos os funcionários que realizam atividades de caixa sejam nomeados para o cargo de assistente. Também foi cobrada a garantia de tempo adequado para capacitação, diante da

incorporação de novas tarefas e responsabilidades pelos empregados do PSO sem treinamento suficiente.

Outro ponto central foi a cobrança por uma solução urgente e definitiva para garantir a sustentabilidade de Cassi. Os representantes reivindicaram ainda a inclusão dos funcionários oriundos de bancos incorporados na Cassi e na Previ, além da retomada do patrocínio do plano de saúde para os empregados admitidos a partir de 2018. Uma nova rodada de negociação está prevista para 31 de julho.



O BANCÁRIO!

Ano 2025 - Edição: 28 27/07 a 02/08

Presidente: Eritan Machado

Bancários em defesa dos direitos dos funcionários do BNB

Mobilização reforçou a unidade da categoria em um momento decisivo das negociações com o banco.

www.bancariosfeira.com.br



NA QUINTA-FEIRA (23/07), o Sindicato dos Bancários de Feira de Santana realizou uma mobilização com funcionários do Banco do Nordeste e a população em defesa dos direitos da categoria. A atividade integrou o Dia Nacional de Mobilização dos trabalhadores do BNB, promovido em meio à Campanha Nacional dos Bancários 2026 e à nova rodada de negociação entre a Comissão Nacional dos Funcionários e a direção da instituição financeira.

Durante a mobilização, o Sindicato destacou a importância da participação dos trabalhadores para impedir retrocessos nas cláusulas econômicas e sociais. Uma das principais preocupações é a manutenção do atual modelo de Participação nos Lucros e Resultados, conquistado após anos de negociação coletiva. As entidades sindicais defendem que os resultados alcançados pelo banco também sejam revertidos para os funcionários, responsáveis pelo atendimento à população e pelo fortalecimento do BNB em toda a região Nordeste.

“Estamos em uma luta constante para que o Banco do Nordeste convoque todos e todas que foram aprovados no último concurso e

realize novas seleções, ampliando as oportunidades para os jovens que estão ingressando no mercado de trabalho. Também cobramos que o Banco do Nordeste cumpra o acordo firmado com seus empregados e empregadas”, afirmou Eritan Machado, presidente do Sindicato

Em 2024, a negociação coletiva ampliou de 25% para até 48% dos dividendos e Juros sobre Capital Próprio o limite global utilizado no cálculo da PLR. Naquele ano, o BNB distribuiu R\$ 247,75 milhões, beneficiando 6.421 funcionários, com valor integral médio de aproximadamente R\$ 37,1 mil. Em 2025, o banco registrou lucro líquido recorde próximo de R\$ 3,08 bilhões e provisionou R\$ 298,08 milhões para as participações dos empregados.

O movimento sindical alerta que um eventual retorno ao limite anterior poderia

retirar mais de R\$ 100 milhões dos trabalhadores. Uma simulação baseada nos resultados de 2025 indica que o montante destinado à PLR poderia cair de R\$ 298,08 milhões para R\$ 192,72 milhões, representando uma perda estimada de R\$ 105,36 milhões e uma redução de 34,8%. A média aritmética poderia diminuir de cerca de R\$ 43,3 mil para R\$ 27,8 mil. Os números não representam uma projeção individual para 2026, mas demonstram a dimensão do possível retrocesso.

Além da PLR, a mobilização chamou a atenção para a necessidade de avanços no Plano de Cargos e Remuneração, preservação do Adicional por Tempo de Serviço, melhores condições de trabalho, combate às metas abusivas e enfrentamento ao assédio moral, problemas que afetam diretamente a saúde dos bancários.

Após cobrança sindical, Itaú revê regras de transporte em visitas comerciais

O ITAÚ revisou as orientações sobre o deslocamento de funcionários que realizam visitas comerciais e esclareceu que aplicativos de mobilidade podem ser utilizados quando forem considerados mais adequados, seguros ou eficientes. A medida foi anunciada após reivindicação da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do banco.

A cobrança surgiu após relatos de trabalhadores que estariam sendo orientados por algumas lideranças a utilizar exclusivamente veículos próprios nas atividades externas. A interpretação também dificultava o uso de outros meios de transporte por empregados que recebem



reembolso mensal para despesas relacionadas aos deslocamentos.

Em comunicado, o banco informou que os

funcionários podem utilizar carro próprio, transporte público ou aplicativos, conforme a necessidade da atividade e o alinhamento com a gestão. As orientações também devem considerar as características de cada região, a natureza do trabalho e, principalmente, a segurança dos empregados.

A COE avaliou o esclarecimento como um avanço para os trabalhadores, mas mantém a cobrança pela atualização do reembolso de combustível. A representação sindical defende valores regionalizados, que considerem as diferenças de preços entre estados, regiões metropolitanas e cidades do interior.